

Do velho ao antigo: etnografia do surgimento de um patrimônio

Bernardo Lewgoy¹

Professor da UFRGS e doutorando em Antropologia Social na USP

Resumo: Este artigo busca interpretar a lógica que presidiu o ingresso de novas normas e significações patrimoniais no caso do tombamento, a partir de 1987, de 48 casas tidas como representativas da arquitetura de imigração italiana no Brasil, na cidade de Antônio Prado/RS, colonizada no século XIX por imigrantes italianos. O estudo de caso aqui apresentado é entendido como uma instância de análise da racionalidade que subjaz ao pensamento e à ação do patrimônio histórico e cultural no Brasil.

Unitermos: Patrimônio cultural, memória social, identidade étnica.

Em 1987, a ex-SPHAN² tombou um conjunto de cerca de 48 casas, a maioria em madeira, na pequena cidade de Antônio Prado (6000 habitantes, 200 km de Porto Alegre), onde a maioria da população descende de imigrantes italianos. O tombamento, preparado há anos por estudos prévios, abateu-se como um furacão na cidadezinha. O ato surpreendente da SPHAN, mesmo colocando no mapa da preservação nacional uma cidade de imigrantes italianos, foi recebido com reserva, desagrado e hostilidade por proprietários indignados com as restrições impostas pelo tombamento, assim como por uma população surpresa com a magnitude das mudanças implicadas pelo novo e irreversível fato.

O presente artigo busca interpretar o que esteve em jogo para os diferentes atores sociais que se envolveram neste processo, marcado não apenas por leituras e definições socioculturais divergentes da preservação, como também por pronunciados indícios locais de uma apropriação nuançada da idéia de cidade histórica, por parte de determinados grupos em Antônio Prado.

As fontes da pesquisa consistem em entrevistas e observação etnográfica com moradores de Antônio Prado, técnicos da ex-SPHAN (renomeado de Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural durante meu trabalho de campo, 1990 a 1991), artigos de jornais e livros publicados sobre a cidade e sobre a história da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

E DE REPENTE, O VELHO VIRA ANTIGO: GÊNESE E SIGNIFICADO DO TOMBAMENTO DE ANTÔNIO PRADO

Antônio Prado, sexta e última das antigas colônias italianas estabelecidas no Rio Grande do Sul ao final de 1880, situa-se na chamada Serra da Encosta do Nordeste, a 36 quilômetros do maior centro urbano-industrial da região – Caxias do Sul. A economia do município é baseada em pequenas e médias indústrias, no comércio e na agricultura de minifúndio. Sua malha urbana é composta de algumas poucas ruas dispostas em traçado ortogonal, destacando-se a praça central, cujo entorno comporta o centro histórico tombado pela SPHAN.

A homologação, em 1989, do tombamento de 48 casas em Antônio Prado representou o coroamento de um processo de mobilização e propaganda, levado a cabo por técnicos da divisão regional da SPHAN/Pró-Memória, em conjunto com um grupo de intelectuais de ascendência italiana, ligados à Universidade de Caxias do Sul. Desde o começo da década de 80, a SPHAN executava o projeto Preservação e Valorização da Paisagem Urbana em Núcleos de Imigração Alemã e Italiana no Rio Grande do Sul, selecionando núcleos para o inventário de bens culturais, com vistas à realização de futuros projetos de preservação. A SPHAN regional tinha por meta incorporar à preservação a contribuição de elementos culturais oriundos de áreas de imigração não-européia, o que representava uma novidade em termos de Brasil (conforme depoimentos de técnicos da instituição). Havia também uma preocupação em desfazer o que os técnicos denominavam de imagem dominante a respeito do Rio Grande do Sul, em que “o estereótipo do gaúcho encobria as manifestações culturais de outras etnias para a formação do estado”³.

Em 1985, sob os auspícios da Diretoria Regional da SPHAN, foi realizado em Antônio Prado o Seminário Nacional sobre Arquitetura Popular, contando com a participação de arquitetos brasileiros e estrangeiros. Neste seminário,

“... foi cobrado de público que a SPHAN deveria tomba Antônio Prado até a crista de seus morros, pelas características de seu acervo preservado, o qual já estava ameaçado de destruição. A SPHAN assumiu, então, o compromisso público de fazer esta preservação” (V.C., técnico da SPHAN).

Ainda em 1985, a SPHAN decidiu pelo tombamento de duas casas, mas uma, de propriedade da prefeitura municipal, foi destruída antes que se consumasse o ato de preservação. A outra, conhecida como “Casa da Neni” (apelido da falecida senhora que por muitos anos ali residiu) foi tombada com a solicitação e o endosso do proprietário – o principal empresário da cidade – sendo classificada como Monumento Nacional. O proprietário reformou a casa, construiu um bar no pátio e montou uma loja de artesanato típico na fachada da edificação. O Museu Municipal, montado na época, funcionou provisoriamente nesta casa.

Deste momento em diante, a SPHAN intensificou suas atividades em Antônio Prado, abrindo-se um processo de dois anos de inventário de elementos

culturais, de estudos técnicos para a classificação do acervo, de análise da situação urbanística da cidade, de desenhos de toda a área urbana, casa a casa, contando também com pareceres de destacados professores de arquitetura de modo a justificar, frente à SPHAN nacional, a futura ação de preservação no local. O trabalho também contou com a participação de profissionais da Secretaria de Urbanismo do Rio Grande do Sul, que colaboraram elaborando normas de harmonização urbanística do entorno dos prédios a serem tombados.

Em 1987, foi decretado o tombamento provisório, pela SPHAN, de mais 47 casas em Antônio Prado. A ação foi justificada pelo “valor de conjunto do acervo, tratando-se do maior núcleo urbano homogêneo representativo da arquitetura de imigração italiana no Brasil”. Em sua maior parte, o acervo consistia em chales de madeira amplos e simétricos, construídos por um grupo de carpinteiros italianos – quase todos de uma mesma família – nas primeiras décadas do século XX. Casas em que se destaca a presença de lambrequins derramando-se abaixo da cumeeira dos telhados⁴.

O tombamento do acervo de Antônio Prado introduziu algumas novidades na política nacional de preservação de conjuntos históricos. Em primeiro lugar, trata-se de um conjunto de casas em sua maioria construídas em madeira, o que contraria o padrão tradicional de preservação de edificações históricas, restrito aos assim chamados monumentos de pedra e cal. A preservação de casas de madeira era um dado enfatizado pelos técnicos da SPHAN, como uma espécie de vitória sobre um preconceito largamente difundido entre os especialistas em preservação⁵.

Em segundo lugar, um grande processo de preservação abrangendo uma área de imigração italiana é também uma importante novidade, não apenas porque contraria o mito das três raças formadoras da identidade brasileira⁶, por tanto tempo paradigma de um discurso oficial (e do próprio senso comum), mas também porque divergiu do padrão médio de preservação no Brasil, massivamente concentrado no acervo de origem luso-colonial. Ao incluir como patrimônio nacional um acervo de imóveis em madeira e destacar a contribuição de um grupo étnico de origem italiana na formação da nacionalidade brasileira, é de se esperar repercussões de considerável monta nas discussões e práticas que especificam o campo do patrimônio no Brasil⁷.

É preciso lembrar que o Rio Grande do Sul, com a honrosa exceção das Missões Jesuíticas – monumento com valor arqueológico, preservado enquanto ruína – não é considerado como possuidor de um patrimônio nacionalmente importante, se comparado com os acervos de Minas Gerais, Bahia ou Rio de Janeiro. Politicamente, isto gerou a percepção de um lugar secundário e periférico da SPHAN regional na campo brasileiro do patrimônio⁸. Assim, é plausível afirmar que, do ponto de vista político, o tombamento de Antônio Prado aponta um valor estratégico para o remanejamento não apenas de uma genérica imagem do Rio Grande do Sul no Brasil, mas da própria posição do grupo da SPHAN regional na corre-

lação de forças internas ao campo do Patrimônio no Brasil. Um grupo minoritário e coeso, em perene desvantagem face ao conceito dominante de patrimônio no país, consegue obter uma série de êxitos através de uma bem montada estratégia de invenção e de valorização de um patrimônio cujo sentido até então era tido como étnico ou regional.

Além do grupo da SPHAN, o tombamento foi apoiado por uma costura de redes, pessoas e grupos que, cada qual com o seu interesse e projeto próprio, convergiram para alavancar a efetivação do processo de preservação. Em Antônio Prado o principal empresário da cidade, sendo proprietário de seis casas, logo tratou de restaurá-las (isto além de patrocinar um livro sobre a cidade), invocando recursos oriundos da lei Sarney. É claro, o seu grupo empresarial foi ativamente promovido por este mecenato cultural. Uma professora aposentada, funcionária da prefeitura e cidadã bastante respeitada nesta comunidade, logo se converteu numa das principais colaboradoras da SPHAN, seja intermediando contatos com proprietários renitentes, seja divulgando as propostas de valorização da cultura italiana através do vínculo indissolúvel com a preservação. A mudança de prefeito, ao final da década de 80, também foi decisiva para rearticular a estratégia de legitimação do tombamento, hostilizado pelo governante anterior. Com um prefeito favorável ao tombamento, tornava-se mais viável implementar programas de persuasão da população local, assim como cuidar para que as novas normas de uso do espaço urbano fossem fiscalizadas e respeitadas.

O grupo do ECIRS – Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas do Rio Grande do Sul – foi um dos principais promotores do tombamento e preservação do acervo de Antônio Prado. Este grupo, baseado na Universidade de Caxias do Sul – principal núcleo de ensino superior na maior e mais importante cidade da região colonial italiana do Rio Grande do Sul –, é composto de literatos e historiadores gaúchos de ascendência italiana⁹ e vinha engajado numa proposta de política cultural da memória, através de iniciativas de resgate e análise da cultura de descendentes de italianos no estado. A própria Editora da Universidade de Caxias do Sul é a principal instituição, tanto em termos de publicação de estudos sobre história da colonização italiana no Rio Grande do Sul, quanto da promoção da figura dos pioneiros, o que se depreende pela copiosa bibliografia bancada por esta editora desde a década de 70. É nesta época, a par do crescimento do peso econômico e político da Região Colonial Italiana no Rio Grande do Sul, que se intensifica a celebração regional dos italianos e de seu papel na história deste estado, em festas, programas de televisão, anúncios, inauguração de monumentos e pronunciamentos de políticos. Nesse sentido, uma das modalidades de constituição de um discurso sobre a etnicidade italiana, pelo menos para os herdeiros urbanos¹⁰ de imigrantes – já na terceira ou quarta geração de descendentes, possuidores de posição econômica e cultural destacada na região – é a busca da ancestralidade, da memória referida aos emblemas da identidade italiana nos

costumes, na história, na linguagem e nos artefatos construídos. Em suma, em tudo aquilo que no passado possa servir de marco confirmador e legitimador de uma posição social atingida no presente¹¹. Antônio Prado, nesse sentido, foi concebida por este grupo como um patrimônio que não diz respeito apenas a uma história particular, “mas algo a ser socializado como herança comum da Região Colonial Italiana” (Posenato, 1989:28). Já a ação da SPHAN, pela natureza e atribuições desta entidade, veiculou a representatividade nacional deste acervo, nuance que não chegou a se traduzir em divergência.

Há, também, no discurso do ACIRS a presença de uma concepção tutelar de proteção à identidade cultural, contra os riscos da aculturação, e mesmo contra o esquecimento desta identidade causado pelas transformações decorrentes da modernização e de episódios traumáticos, como a imigração ou as perseguições e os preconceitos sofridos pelos italianos ao longo da história. Nesta visão, a preservação do patrimônio ajuda a compor uma espécie de terapia da identidade cultural italiana. Dada a premissa de que a imigração foi um episódio traumático e que, portanto, houve todo um trabalho de recalque da identidade e memória do grupo italiano, o ECIRS opera com a crença de que uma religação com este passado é uma tarefa terapêutica a ser conduzida, mesmo se houver confronto e adversidade inicial do grupo atingido, no que concorda com a lógica prática das ações da SPHAN¹².

A parceria do trabalho deste grupo com os técnicos do patrimônio, juntamente com as redes de poder e prestígio costuradas, apontam para a complexidade dos interesses e dos agenciamentos institucionais que convergiram para alavancar e legitimar a preservação. Mas o modo como as pessoas e grupos em Antônio Prado foram se relacionando com o tombamento fornece um significativo contraponto a este quadro, realçando os contornos e limites deste processo.

TRANSFORMANDO O VELHO EM ANTIGO: IMPACTO INICIAL DO TOMBAMENTO E ESTRATÉGIA DA SPHAN

Imediatamente após a notificação pelos jornais, em 1987, do tombamento provisório, instalou-se uma forte controvérsia em Antônio Prado. Em assembleia pública promovida pela SPHAN para esclarecer o significado do tombamento, cerca de 20 proprietários protestaram por se sentirem lesados em seu direito de propriedade: “- Isto não é cultura, é tombamento de cupim.” – protestou na ocasião um dos proprietários (Jornal do Brasil: 07/09/87). Em sua opinião as casas deveriam ser destruídas e, em lugar delas, seriam construídos modernos prédios de alvenaria. Ainda segundo a mesma reportagem, outras pessoas da cidade apoiaram o tombamento, como um açougueiro, que afirmou ser o tombamento a grande saída para Antônio Prado, “porque agora temos chance de atrair os turistas”. Outro proprietário, médico na localidade, tendo entrado nesta reunião como opositor do tombamento, dela saiu com outra opinião, convicto de que sua casa entrara para

a história da colonização italiana. O tombamento intempestivo foi justificado por um técnico da SPHAN nos seguintes termos: “- Muitos prédios estavam ameaçados de destruição e, se houvesse um processo de discussão, temíamos que os proprietários logo se apressariam a destruí-los.” A polêmica estava instalada na cidade. Alguns cidadãos propuseram um plebiscito, recusado pela SPHAN. Houve quem recorresse à justiça para impugnar o tombamento, como foi o caso do filho de uma proprietária, sustentando em juízo a alegação de que as casas em verdade não representavam o processo de imigração, sendo características de um período posterior, ligadas a um complexo urbano-comercial e não dos colonos, verdadeiros artífices do processo de imigração.

O jornal mensal Panorama Pradense foi um importante veículo de divulgação da controvérsia em torno do tombamento. Alguns artigos elogiavam a ação da SPHAN – que declarou Antônio Prado monumento nacional – ainda que com reservas em relação ao seu encaminhamento, tido como autoritário. Outros criticavam o tombamento alegando que prejudicaria o progresso da cidade, por opor barreiras ao crescimento e ocupação urbana. Também despontavam afirmações de que o problema não era o tombamento, mas sim as péssimas condições das estradas de acesso à cidade, ainda com trechos não-asfaltados à época. Havia, ainda, matérias que destacavam que finalmente o progresso viria a Antônio Prado, pelo incentivo ao turismo. Intelectuais ligados ao grupo do ECIRS, como o escritor José Clemente Posenato, também participaram da discussão no jornal, buscando persuadir os pradenses do valor histórico das casas tombadas, mais importante que o seu mero valor econômico, reforçando a idéia de que “o esclarecido é a favor de tombamento e de que este finalmente traria o progresso a Antônio Prado”.

Já nessas primeiras reações ao tombamento pode-se entrever os principais pólos da controvérsia que dividiu os informantes: a questão do direito de propriedade, o tema do progresso e da modernização numa sociedade local, a disputa em torno da definição da memória (alocada na representatividade, no valor das casas tombadas, se estas representavam ou não a experiência de imigração e colonização italiana na região) e, último mas não menos importante, o propalado autoritarismo da ação da SPHAN. Do ponto de vista etnográfico, é preciso salientar que não se trataram de reações homogêneas nem se formaram blocos estáticos de opinião. Houve níveis diferenciados de adesão a determinadas posições, flutuações e mudanças de posicionamento que, como será aqui contextualizado, ligam-se a uma série de injunções, como a posição social, trajetória e projetos familiares dos envolvidos, incluindo-se aí a incorporação do item “propriedade de uma casa histórica em suas estratégias de distinção.

É importante ainda salientar que o tombamento não foi recebido como um assunto privado dos proprietários das casas, mas como algo que a todos dizia respeito e perante o qual todos deveriam se posicionar – o que pude comprovar no trabalho de campo. Sendo algo vivenciado como crítico e totalizante pode-se afir-

mar que o tombamento gerou um drama social, no sentido de Turner (1974), ao proporcionar aos protagonistas a ocasião de refletirem acerca de determinados esquemas com que estavam habituados, tanto a interpretar a história e o presente de Antônio Prado, quanto a agir sobre a realidade local, a organizar seus projetos familiares e a reconstruir suas casas.

Note-se que o tombamento introduziu todo um conjunto de normas e significações que repercutiram agudamente no cotidiano de Antônio Prado, atingindo desde as relações dos habitantes com o espaço urbano até a própria representação mais ampla a respeito da cidade em que vivem. As entrevistas com os técnicos do patrimônio justificam a necessidade destas medidas através da ênfase na necessidade de se cuidar de um contexto, e não apenas de edificações isoladas:

“Antônio Prado sofre de um mal que afeta muitas outras cidades brasileiras, a baixa qualidade dos profissionais que lá atuam, o que se reflete tanto no baixo nível técnico-constructivo quanto na baixa qualidade dos projetos que lá vinham sendo executados. Até há pouco, as novas construções seguiam um padrão moderno de qualidade rebaixada, que nós denominamos de caixotes listrados. Outro problema é a falta de um plano diretor e de um código de edificações, o que permite que diversas barbaridades sejam feitas, descaracterizando progressivamente a harmonia visual e espacial do conjunto tombado. Por isso elaboramos as normas de proteção do entorno dos bens tombados” (V.C., técnico do patrimônio histórico).

As premissas que justificam essa proteção do entorno seguem as tendências atuais no pensamento preservacionista brasileiro, no que se refere ao patrimônio ambiental urbano¹³. Nesse sentido, o processo de preservação em Antônio Prado não apenas instaura um novo valor na definição da identidade e da memória desta cidade – associado ao ideário veiculado pela SPHAN, o qual inventa um patrimônio para uma sociedade local –, mas é acompanhado de um esforço de disciplinamento da apropriação social do espaço urbano, com sentido restritivo e prescritivo.

Para encaminhar o trabalho de preservação e fiscalizar o cumprimento destas normas, a SPHAN instalou um escritório técnico na cidade que, em muitos aspectos, tem mais poder de decisão que a prefeitura. As normas em questão aplicam-se a uma divisão prévia da cidade em 3 áreas distintas e concêntricas. A primeira é denominada de entorno imediato, delimitando uma área de proteção rigorosa. Nesta área, localizada num raio de 300 metros em relação à praça central (onde se concentram os bens tombados), nada pode ser construído, reformado ou exibido sem uma aprovação prévia de projeto pela SPHAN, nem mesmo a colocação de uma placa. A ênfase está em restringir os afastamentos, os recuos e as alturas das novas construções, a partir de um critério de limitação à ocupação de terrenos e à densificação urbana. Numa segunda área, o entorno periférico, as restrições referem-se principalmente à altura das novas construções e ao tipo de ocupação. A terceira área compreende as cristas dos morros que cercam a cidade, protegidos por meio da legislação ambiental, cujo organismo responsável é o IBAMA.

Além dessas medidas restritivas, a SPHAN vinha apoiando o trabalho de um grupo de jovens arquitetos, imbuídos do propósito de oferecer uma arquitetura exemplar para as futuras edificações. A idéia central é diferenciar-se de casos como o de Gramado, no Rio Grande do Sul, execrada pelos técnicos do patrimônio, sob a acusação de ostentar um estilo falso (enxame), copiado da Alemanha. É estimulada a promoção de um estilo arquitetônico que marque o contraste e saliente a autenticidade do acervo tombado, ao mesmo tempo que respeite as condições do contexto em termos de escala, cor e volumetria.

A atuação da SPHAN tem se pautado também por um trabalho pedagógico de legitimação das novas significações patrimoniais que acompanham a preservação, comprometidas com o postulado da conscientização dos moradores de Antônio Prado da importância de resgatar o passado e orgulhar-se de seu patrimônio. Este foi o caso do cartunista caxiense Iotti, que introduziu no jornal Panorama Pradense historietas em quadrinhos com o personagem Nono (avô, em italiano) passeando em Antônio Prado, falando com os moradores, elogiando o tombamento e persuadindo os proprietários a aceitarem o valor de seu patrimônio. Ainda nesta primeira fase, foram confeccionados brinquedos pedagógicos, como quebra-cabeças com as casas tombadas, figuras em madeira representando personagens típicos da cidade, serigrafias das casas tombadas em camisetas e bordados, além de jogos infantis sobre a história da cidade e da imigração italiana, tudo isto integrando uma estratégia de ação patrimonial, cujo alvo preferencial são as novas gerações. Também foram elaboradas cartilhas explicativas à população, em que se enfatizava a contribuição do imigrante, seu trabalho árduo, seus costumes e sua religiosidade, como frutos de um tempo ao qual as casas tombadas estariam indissolúvelmente ligadas. A própria colocação das cores nas cartilhas obedeceu a um imperativo tático, predominando o verde e o vermelho, presumidas pelos técnicos como de maior apelo afetivo, visto serem as cores da bandeira italiana.

Além disso, a SPHAN elegeu a ação museológica, junto ao museu municipal, como prioridade no trabalho de educação patrimonial, promovendo, entre outras atividades: uma exposição sobre Antônio Prado no Paço Imperial, em Petrópolis, composta por um vídeo e um ensaio fotográfico, produzidos em colaboração com a Universidade de Caxias do Sul; a elaboração de uma cartilha de culinária típica da região; um encontro regional de museus em Antônio Prado, do qual resultou um trabalho conjunto com a rede municipal de ensino, com visitas guiadas de alunos ao museu e às linhas rurais do município, a fim de fazer entrevistas com os colonos sobre costumes tradicionais; o estímulo ao cultivo do dialeto vênето, tido como em vias de desaparecimento e, finalmente; uma exposição sobre Antônio Prado na Casa de Cultura Mário Quintana em Porto Alegre, em 1991, integrando as atividades do I Congresso Internacional sobre Cultura Arquitetônica e Urbanística, realizado na capital gaúcha nessa época.

Pode-se observar nestas primeiras iniciativas – de resto assessoradas pelo grupo do ECIRS – a presença de um saber etnológico subjacente sobre os italianos e a italianidade imigrante, espécie de “etnologia regional”, no sentido de Jeudi (1990). Nesse sentido, há algumas questões a serem destacadas. Em primeiro lugar, os enquadramentos simbólicos operados nesses processos institucionais esforçaram-se em fixar e tornar substantivas as fronteiras culturais do grupo, enfatizando emblemas (casas, comida, costumes, técnicas, religiosidade, língua dialetal) e valores (trabalho, espírito empreendedor e progressista), valores estes também tornados emblemas da contribuição dos italianos, seja para a formação do Rio Grande do Sul, seja para a constituição da nacionalidade brasileira. Isto está bem sintetizado nas noções de Antônio Prado, cidade histórica e de história viva de um povo, que passam a figurar nos cartazes de propaganda da cidade. Essas ações apontam para uma progressiva ressemantização contida no bojo do processo de tombamento: inicialmente periférica e desimportante, a descoberta de seu acervo faz com que Antônio Prado passe a figurar, por metonímia, toda a identidade cultural ligada à memória da imigração italiana, religando-se ainda, pelo mesmo movimento, à identidade nacional brasileira. Ocorre, deste modo, um processo de descontextualização/recontextualização simbólica dos objetos, tornados bens patrimoniais pelo tombamento: as casas perdem o seu significado local e passam a ter o valor de patrimônio comum da imigração italiana, símbolo do passado da etnia e testemunho das raízes de seu sucesso atual. A idéia de casa antiga é o emblema mais visível deste discurso preservacionista.

Porém, um processo de preservação numa área regional marcada por uma identidade étnica particular encontra dificuldades em resgatar o nível socialmente mais importante de elaboração deste tipo de identidade, representado pela contrastividade, pela função social de fronteiras étnicas que os referidos traços culturais desempenham na memória do grupo. Assim, a ordem significativa introduzida pelo tombamento enfatiza a pertinência do acervo preservado a uma comunidade mais ampla – étnica e nacional – minimizando sua inscrição na memória e na experiência local. Além disso, a história de Antônio Prado é tratada nas cartilhas suavizando possíveis rupturas históricas e diluindo os contrastes étnicos, que marcam fortemente a memória do grupo pesquisado. O problema é que esta dimensão contrastiva, como uma espécie de retorno do recalado, acabou por se recompor na dinâmica dos comportamentos expressivos dos atores sociais face ao tombamento. Do lado dos apoiadores do tombamento, foram acionados alguns estereótipos de identificação étnica a respeito dos gringos – categoria de identificação dos descendentes de italianos na sociedade gaúcha – para explicar a resistência à preservação, onde não raro despontavam representações sobre o materialismo dos gringos, de só pensarem no seu bolso, sua rudeza, atraso e ignorância. Essas representações não apenas serviam como explicação para a resistência à

preservação como fundamentaram o gesto brusco de tombamento, assim como a recusa ao plebiscito proposto, a partir da convicção de que o acervo seria destruído caso houvesse um processo amplo de discussão e deliberação. Ou seja, a identidade de gringos, nunca constante nas significações patrimoniais, foi um pressuposto latente na atuação concreta da SPHAN. A partir daí torna-se compreensível que a tática do contato com a comunidade tenha se referenciado numa concepção de contato interétnico, embutida na gênese das cartilhas. Nestas, uma série de estratégias de persuasão, como as histórias em quadrinhos e as cores utilizadas, aliam-se a um discurso sobre o tombamento como a nova solução para o progresso e o desenvolvimento da cidade, através do turismo. Progresso e desenvolvimento tidos e vistos como centrais para todos os descendentes de imigrantes italianos e como questão crítica neste caso particular. Não é despropositado, então, trabalhar-se com a hipótese de que esta postura ambivalente, no sentido de valorizar a contribuição do elemento étnico na formação da cultura brasileira, mas identificar de modo etnocêntrico a população concreta, reproduz uma certa cultura política tutelar do Estado brasileiro ao lidar com suas minorias étnicas¹⁴.

Creio que isto serve para iluminar o tema da Educação Patrimonial, assim como os estímulos a arquiteturas exemplares, na medida em que a estratégia de imposição de significações patrimoniais exhibe, neste caso, as notas características de uma “missão civilizatória”. Seja ensinando aos habitantes qual a sua identidade cultural, seja fornecendo os modelos arquitetônicos a serem imitados, a mesma concepção tutelar marca a sua presença, embasando a atuação dos especialistas em patrimônio nesta sociedade local.

Quanto à importância do ideário do progresso e da modernização, bem como a acolhida diferencial do tombamento em Antônio Prado, há pelo menos dois níveis de contextualização a serem considerados. O primeiro tem a ver com a construção histórica de representações que marcam a memória da cidade, em que as questões do progresso, modernização e etnicidade ganham peculiares inflexões locais. O segundo é mais especificamente etnográfico, relacionado aos aspectos socioculturais relevantes na identidade e no posicionamento dos informantes em relação ao tombamento. Estes níveis se interligam a partir da constatação de que o tombamento serviu para a focalização de tensões latentes, sedimentadas ao longo da história de Antônio Prado, focalização simbolizada pelo debate instaurado, se as casas eram antigas e representativas ou se não passavam de casas velhas, sem valor histórico.

O VELHO RESISTE AO ANTIGO: MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE ÉTNICA NAS REAÇÕES AO TOMBAMENTO

Antônio Prado tem características singulares em relação a outros núcleos de colonização italiana no Rio Grande do Sul, mas há um núcleo mítico comum que

permeia as narrativas orais e escritas sobre o assunto: o drama ou epopéia da imigração, o enfrentamento de todo o tipo de intempéries e adversidades, a domesticação de um ambiente selvagem (vitória da Cultura sobre a Natureza), a reinstauração da temporalidade e da ordem social pelos bravos pioneiros que vieram fazer a América e a conseqüente consagração da tríade terra, família e trabalho como axial na constituição da identidade dos imigrantes que se instalaram na região¹⁵. A ordem cultural destes imigrantes também foi marcada pelo que Lovisoló denominou de “utopia liberal da colonização”, ou seja:

“Um projeto de futuro, de sociedade igualitária, constituída de pequenos produtores livres, que trocam seus produtos e se ajudam mutuamente, para formar um sólido tecido social de igualdade na produção e no mercado” (Lovisoló,1989:51).

No âmbito deste projeto imigrante, há um compromisso com um certo ideário de progresso e de modernização, o qual se enraíza na memória deste grupo étnico, marcando fortemente suas expectativas, ethos e visão de mundo. Resalve-se que não se trata da apropriação de um ideário exógeno, mas de um processo relacionado tanto à acentuada acumulação primitiva de capital, nas primeiras gerações, quanto aos ritmos posteriores de crescimento e desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial na região, com inúmeras conseqüências em termos de diferenciação social interna, produção de estilos de vida urbanos, aumento da dicotomia campo/cidade, etc¹⁶.

As singularidades cingem-se à periodização nativa da história local, dividida entre os períodos de ascensão e de decadência, imprimindo um traço recorrente nos diversos discursos, dos depoimentos gravados a artigos de jornais e livros sobre a cidade¹⁷.

No período de ascensão, situado em fins do século 19 até a década de 30, Antônio Prado é descrita como um importante entreposto comercial, situada numa das principais rotas comerciais do Rio Grande do Sul, cujo ritmo de crescimento rivalizava inclusive com Caxias do Sul. Inúmeros filhos de famílias da região dedicavam-se à atividade de tropeiros, indo negociar mercadorias em São Sebastião do Caí (cidade ao sul, divisa geográfica com a Região Colonial Alemã do estado) e em Vacaria (ao norte, situada na região dos Campos de Cima da Serra, de ascendência luso-colonial, onde predominava a pecuária praticada pelos gaúchos). O município chegou a contar com dez mil habitantes na primeira década do século, aproximadamente a mesma população da atualidade.

Ao lado dos relatos acerca do progresso da cidade, há também relatos acerca de seu isolamento, devido a fatores geográficos e políticos. No plano geográfico, dados sobre enchentes, más condições das estradas e, por décadas, a lamentada inexistência de uma ponte sobre o rio das Antas (obrigando ao uso de balsas) povoam os depoimentos sobre a primeira metade do século. No âmbito político, o isolamento é narrado como discriminação injusta – malogro dos pleitos que visavam ao melhoramento das vias de comunicação, cuja autoria é geral-

mente atribuída a políticos rivais de Caxias do Sul¹⁸. Ao lado do propalado dinamismo econômico desta “belle époque” pradense, uma geração após a imigração, os temas do isolamento e da discriminação começam a ter forte presença na memória local, conjugando-se com narrativas de contatos extremamente problemáticos com os brasileiros¹⁹: as guerras civis no estado, as perseguições no Estado Novo, gerando um clima de tensão e desconfiança para com pessoas de outras origens étnicas – o que não é exclusividade de Antônio Prado, mas que pode ter se acentuado pela situação geográfico-cultural, pela proximidade com os brasileiros de Vacaria.

A implantação da estrada federal – hoje BR 116 – na década de 1940, passando pelo razoavelmente distante município de São Marcos, retira esta cidade do circuito de modernização e crescimento econômico da região, iniciando-se, então, o período descrito como de decadência, estagnação e inércia. É ainda apontado como causa desta decadência um episódio de ordem política, relatado nas memórias do médico Oswaldo Hampe. Na década de 30, um grupo de colonos, tendo vindo protestar contra impostos rurais considerados abusivos, envolveu-se numa tragédia em que o delegado local e quase todo o grupo morreram num tiroteio:

“Nunca mais Antônio Prado foi a mesma. Um véu de tristeza e abatimento caiu sobre tudo e sobre todos. Famílias retiraram-se desta cidade e procuraram novos estados, novas coisas. Os *dias tornaram-se mais longos e tristes* (grifo meu), as casas fechadas, o comércio estacionário, a colônia decadente e o golpe de misericórdia veio com a inauguração da Estrada Federal Getúlio Vargas, em 1940, deixando este município à margem de todo e qualquer movimento comercial” (Hampe apud Barbosa, 1980).

É neste momento que se pode divisar a gênese histórica de representações que subjazem à expressão da memória coletiva local sobre Antônio Prado: o tempo que pára, o declínio do progresso e da modernização, sobrepondo-se aos temas obsessivos do êxodo dos habitantes, do isolamento e da discriminação política e econômica que a cidade sempre sofreu, temas que permeiam desde editoriais do jornal local – reivindicando por décadas o asfaltamento de estradas vicinais – até discursos políticos e sermões religiosos.

Esses temas se conjugam, na expressão da memória local, com uma forte aspiração de retorno à modernização, tão desejada e tão envolta em impasses. A cidade torna-se, a partir da década de 40, um foco de emigração das novas gerações, correlata à sua nova auto-imagem negativa e ao declínio econômico e moral evocado nas recordações dos textos e depoimentos.

Em direção oposta, todas as justificativas e apresentações do tombamento fazem menções elogiosas à inércia socioeconômica e ao isolamento, fatores apontados como responsáveis pela preservação do acervo de Antônio Prado:

“É surpresa a permanência de um conjunto de arquitetura em madeira, como acontece em Antônio Prado. O rio das Antas, *mantendo esta cidade afastada do fluxo das*

mercadorias e do discurso da modernização (grifo meu) escondeu este tesouro e o preservou” (José Clemente Posenato, Panorama Pradense, novembro de 1987).

Ou então:

“Descobrir a pequena cidade de Antônio Prado foi como encontrar uma fotografia antiga e especial. Trato-a e dou a ela um lugar especial. E ali está, acessível e preservada, *imagem do passado, presente e futuro, memória viva* (grifos meus), ajudando a compor uma identidade” (Eneida Serrano, fotógrafa que ajudou a elaborar a exposição do Paço Imperial, Zero Hora, 24/11/89)

Ou ainda:

“Quem quiser fazer uma *volta ao passado* (grifo meu), especialmente uma volta à história da imigração italiana, não pode deixar de ir a Antônio Prado” (matéria sobre turismo, Zero Hora, 24/07/89)

Relação metonímica, evocativa e orgânica com o passado de uma etnia que se amalgamaria com a identidade nacional brasileira, Antônio Prado passa a ser valorizada pela ênfase num tempo pretérito, museológico, cujo traço emblemático pode ser sintetizado no adjetivo antigo, não com referência à sua identidade local, mas universalizada como um patrimônio comum dos descendentes de italianos e dos brasileiros. Assim, o tombamento inscreve Antônio Prado no tempo da Grande História, da generosa e polimorfa identidade cultural brasileira. No entanto, deve ser destacada a provável não-coincidência deste recorte universalista e monumentalizante da memória, em face da persistência de sentimentos e representações locais com forte ênfase contrastiva:

“Nós somos italianos que nos fizemos sozinhos, nunca precisamos de assistência do governo e não é agora que isto vai nos interessar. O que eu acho é que estão explorando a pobreza de Antônio Prado” (L.B., 60 anos, proprietária de um imóvel tombado e opositora do tombamento).

O informante G.P., 60 anos, motorista aposentado, um dos líderes da oposição ao tombamento na época, chamava as casas tombadas de montes de lenha, atribuindo o tombamento a uma conspiração para destruir Antônio Prado.

Para F.C., 45 anos e também opositor do tombamento, o direito de propriedade é o principal pomo da discórdia:

“Se eu tenho que consertar uma telha ou consertar um prego eu tenho que pedir permissão para a SPHAN? Entraram em nossa casa sem pedir licença e foram legislando sobre ela.”

É interessante observar que essas falas contrárias ao tombamento, além de invocarem os temas da segregação, discriminação e da conspiração, entrelaçam-se com a particularidade de uma apropriação do ideário de Modernidade em que o advento do progresso seria incompatível com a manutenção dos signos do velho, da estagnação, representado pelas casas tombadas:

“Não sei por que conservar tantas casas velhas. Acho que, se mantivessem umas 8 ou 10 tudo bem, pros netos saberem como foi a imigração, mas 48 é um absurdo” (S.B., funcionário do hotel municipal).

Esses trechos de depoimentos nos sugerem que parte das reações contrárias ao tombamento originam-se nas representações dominantes sobre a cidade até então, mescla de uma auto-imagem negativa com expectativas represadas de modernização. Assim, se nos reportarmos à hipótese do tombamento como objeto de focalização de tensões latentes, percebe-se que a linguagem de resistência à preservação é vazada a partir dos temas da segregação e da modernização irrealizada, ciosamente cultivados na memória local. A ação da SPHAN serviu, nesse sentido, para os informantes dramatizarem o descompasso entre o projetado e o vivido, entre a aspiração de progresso e a frustração desta expectativa, supostamente causada pela inércia e estagnação desta sociedade local. Nesse sentido, a expressão casas velhas é o emblema mais explícito deste discurso de oposição ao tombamento.

Sobre a inflexão local da identidade étnica, que também compareceu nestas falas, é preciso assinalar que, se as representações institucionais veiculadas pelo patrimônio conceberam Antônio Prado como um marco comum da memória da imigração italiana, muitos informantes divisaram a presença da SPHAN de um modo diverso, como uma intrusão exógena e ilegítima do governo em seus assuntos, em suas propriedades. Não há incoerência entre esta concepção e a persistência de sentimentos e representações contrastivas em relação ao governo e aos brasileiros – categorias êmicas que definem e recortam negativamente estas alteridades.

O VELHO FAZ AS PAZES COM O ANTIGO: IDENTIDADE E DISTINÇÃO NA REAPROPRIAÇÃO DO TOMBAMENTO

Se as representações acionadas na oposição ao tombamento encontram suporte na expressão da memória coletiva local, é preciso salientar que não se trata de uma reação homogênea ou estática. Houve desde o começo uma acolhida diferencial do tombamento e da idéia de preservação entre a população da cidade, passando a ser progressivamente integrados ao circuito de trocas, situações e projetos sociais dos informantes.

Em primeiro lugar, não há um critério unívoco pelo qual se possa efetuar a classificação, seja dos moradores, seja dos proprietários das casas tombadas. As situações são bastante diferenciadas. Há moradores que não são proprietários e proprietários cuja renda e posição social são mais baixas, vivendo de ocupações como florista, motorista, aluguel de quartos, pequenos funcionários, artesãos, pequenos comerciantes, etc. Há proprietários que moram em outras cidades, como Caxias do Sul, Vacaria e Porto Alegre. Alguns destes mantinham suas casas por razões de especulação, aluguel ou, simplesmente, para conservar um vínculo com

amigos e parentes. Há outros que moram em Antônio Prado mas não na casa, alugando-a ou deixando-a fechada. Há aqueles que adquiriram recentemente o imóvel, por herança ou compra (antes do tombamento, a fim de demolir a casa e construir uma nova).

As casas também têm histórias diferenciadas. Muitas mudaram várias vezes de proprietário, passando por várias reformas. Algumas contam com loja, barbearia, armazém ou restaurante em sua frente. Outro detalhe muito comum é o puxado em alvenaria, geralmente construídos atrás da casa, para servir de banheiro ou cozinha (tipo de construção muito criticada pelos técnicos da SPHAN). Há também casas com a mesma origem das tombadas, não tendo sido preservadas porque os técnicos consideraram-nas descaracterizadas, em vista da magnitude das reformas sofridas²⁰. No que tange ao estado de conservação a variação também impera: há desde belas fachadas de casas conservadas até outras em péssimo estado de conservação, o que deu margem a apelos por destombamento. Para estes casos, a SPHAN tem um programa de obras de emergências, cujo financiamento varia de acordo com critérios de prioridade, avaliação das capacidades financeiras do proprietário, etc.

Na busca da explicação das reações dos informantes, trabalhei com a questão da mobilidade social, em que os problemas de ascensão ou mesmo de descenso social, em sua relação com as estratégias de distinção, com os projetos familiares e com a identidade social, abriu-me um caminho bastante produtivo.

É preciso lembrar que a questão da mobilidade social apresentou-se como crítica para a maioria dos informantes. Há em Antônio Prado uma espécie de contabilidade constante do *status* e ascensão social atingido pelo vizinho, amigo ou parente. Essa busca de ascensão social carrega em seu bojo marcas de distinção (no sentido de Bourdieu, 1979), que confirmam e legitimam a posição de classe e o êxito social atingido. Se atentarmos para o fato de que em Antônio Prado há duas ou três famílias tidas como tradicionais, e que a busca da acumulação de capital econômico e, secundariamente, capital cultural, é uma preocupação constante, seja através de poupança, seja pela obtenção de título universitário, compreende-se que, à época do tombamento, a quantidade disponível de marcas de distinção no mercado de status local não acompanhava as pretensões e reivindicações de status estimadas pelos informantes. As marcas de distinção podem variar, desde a ostentação de um carro do ano ou de uma casa nova, até a distinção mais sofisticada (por vezes compensatória, por vezes cumulativa) como a de um título universitário ou mesmo por um gosto mais sofisticado (livros, filmes, culinária, etiqueta, etc.)²¹. Nesse sentido, trabalhei com a hipótese de que o tombamento foi apropriado por muitos dos informantes favoráveis como um pesado signo de distinção, marcador de um gosto e de um esclarecimento diferenciador e valorizador de sua pretensão social. Usado, portanto, como um novo e enobecedor dado no mercado de bens de distinção local. Alguns exemplos ilustrarão melhor essas afirmações.

C. B., 40 anos, empresário, é filho de pequenos agricultores que se instalaram na cidade. Segundo suas palavras, construiu tudo com o seu trabalho não devendo nada a ninguém. C. B. participou do projeto Adote uma Casa, que propunha que cada empresário bancasse a restauração de uma casa tombada. Afirmou que fazia isto pela sua esperança nas potencialidades de Antônio Prado, mas também criticou o

“espírito estreito dos outros empresários, que não têm uma visão moderna de investir no futuro da cidade, que só pensam em seu bolso.”

O informante é formado em Administração de Empresas na Universidade de Caxias do Sul, descrevendo-se como um empresário moderno e trabalhador, mas também afirma que:

“os outros não toleram que eu vim lá de baixo e ultrapassei eles, por isso não dão força pro Adote uma Casa. Já os que são contra o tombamento, esses sim, são uns gringos retrógrados, atrasados e estreitos.”

Para este informante, adotar uma casa é estratégico na reequilibração de seu capital social e pretensão de status, em que a questão da legitimação enquanto bem-sucedido neste espaço social – em parte já propiciada pelo título universitário (capital cultural) e pelo sucesso empresarial (capital econômico) – encontra uma barreira perante o preconceito com sua origem familiar, por ser filho de colonos, por vir de baixo e tê-los ultrapassado. A estigmatização dos não-apoiadores e dos outros empresários também valoriza, ainda que de modo especular, suas pretensões de distinção, assim como suas concepções modernizantes de administração empresarial ou visão de conjunto da cidade, articulando-se com a filantropia do Adote uma Casa, atributos que compensariam simbolicamente a situação ~~provocada pelo caráter recente de sua ascensão social.~~

O médico J.V., 45 anos, havia ganhado a casa de herança e pretendia demolir para construir outra nova. No início estava contra o tombamento, mas já na primeira reunião com a SPHAN convenceu-se de que sua casa havia entrado para a história da colonização italiana, sendo seu dever preservar este legado para as novas gerações. Para ele

“o esclarecido é a favor do tombamento. É só isso que trará o progresso para Antônio Prado.”

“J.V. ganhou da SPHAN um projeto para reformar sua casa e é considerado pelos técnicos como um dos principais entusiastas do tombamento.”

Outro médico, M.T., 75 anos, proprietário de casa tombada em alvenaria, chegou a compor versos enaltecendo o patrimônio de Antônio Prado. Para este informante o importante é legar o patrimônio para os netos saberem como foi a imigração.

Para J.V., ter uma casa tombada representa uma marca de distinção que se agrega à sua posição social atual, sendo que não houve um prejuízo econômico

com o tombamento de sua casa. O segundo médico também tem situação econômica e posição social estável na cidade, com a nuance de uma preocupação acentuada com as novas gerações, enquanto que para o primeiro tratava-se da distinção de um bem familiar entrar para a história da imigração italiana.

N.N., 50 anos, artista plástica e professora aposentada, casada com um empresário de família tradicional local, é descendente dos carpinteiros que construíram as casas, não sendo especificamente uma proprietária. N.N. relatou que, por volta de 1985, quase que simultaneamente,

“descobri minha vocação de artista, junto com o valor histórico das casas construídas pelos meus ancestrais.”

N.N. passou a usar as casas como modelos para sua pintura, além de pesquisar a história deste ramo de sua família. Investigou quantos eram os irmãos, de que região da Itália vieram, quais as técnicas construtivas empregadas, como faziam os lambrequins, como esculpiam estátuas religiosas e outros produtos de artesanato, feitos sob encomenda. Depois de algum tempo, organizou exposições com suas pinturas e com o resultado de suas pesquisas, exaltando a “contribuição inestimável dos irmãos Nodari para a constituição do patrimônio italiano de Antônio Prado”. A informante é também responsável por uma oficina de arte, instigando as pessoas à valorização do artesanato local. A entrevista com esta informante deu-se na sala de estar de sua ampla casa, enfeitada com pinturas, relíquias e armas antigas, as quais, em conjunto com sua coleção de estatuárias dos ancestrais, funcionam como signos de distinção que evidenciam seu êxito social. Para esta informante, a descoberta e a valorização de determinado ramo de seus ascendentes é concomitante à experiência de ascensão social, em que o fato de descender dos Nodari, antes pouco valorizado, passa a enobrecer sua pessoa e confirmar suas pretensões de status – já dotado de um *plus* devido ao nome adquirido pelo matrimônio – tanto a partir da valorização do acervo arquitetônico construído pelos ancestrais quanto através de sua relação com a esfera da arte.

P.D. 45 anos, técnico agrícola, é proprietário e morador de casa tombada em madeira, sendo também um ferrenho adversário do tombamento. Comprou sua casa em 1978 com a intenção de destruí-la e construir outra, melhor, em alvenaria, empatando todas as suas economias neste negócio. Em sua opinião, “o tombamento foi péssimo para a cidade. Agora sim é que ela acaba de vez, porque as restrições da SPHAN não vão deixar ela crescer”. O informante organizou um abaixo-assinado contra o tombamento que não deu em nada e agora vai se mudar da cidade com prejuízos econômicos e muitas mágoas.

G.P., 60 anos, motorista aposentado, proprietário, acha que o tombamento vai enterrar a cidade. Desde o início fez cerrada oposição ao tombamento. O informante invocou exemplos da Itália, o direito de propriedade, a Bíblia, tudo para mostrar o engano que foi esse tombamento. Para ele,

“Onde já se viu achar que esse *monte de casas velhas*, esse *monte de lenha prá queimar é cultura*? Cultura é progresso, é desenvolvimento e *essas casas não representam a cultura e sim a pobreza*. Tu não achas que, na época em que essas casas foram construídas, se as pessoas pudessem ficar morando em casas de alvenaria, elas iriam ficar morando nessas casas de madeira? Sabe o que foi que tombaram? Um monte de lenha cheio de cupins!” (grifos meus).

Os informantes contrários ao tombamento não estão necessariamente em situação de descenso social mas concebiam a casa primordialmente como um recurso econômico, em alguns casos essencial na viabilização de seus projetos familiares. Para G.P., por exemplo – que experimentou uma ascensão econômica através da atividade de empréstimo de dinheiro a juros –, ser proprietário é inconcebível com o tombamento, não admitindo interferências de hipótese alguma na posse de seu terreno ou edificação – algo certamente importante para esses descendentes de imigrantes que cruzaram o oceano em busca de um lote de terra. Já o informante P.D. viu frustrado o seu intento de construir uma nova casa, este sim experimentando uma situação de descenso social agravada pelo tombamento, o que explica a sua revolta e ressentimento, além de sua disposição de projetar, por extensão de seu fracasso social, o fracasso da cidade como um todo.

CONCLUSÃO: PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E MODERNIZAÇÃO

O processo de tombamento e preservação implantado na cidade de Antônio Prado, a partir de 1987, é um caso exemplar para a compreensão do patrimônio cultural na sociedade brasileira e isto por uma série de razões. Em primeiro lugar, por tratar-se de um espaço etnicamente diferenciado, estranho à definição de patrimônio e identidade nacional até então circulante no meio preservacionista brasileiro, tradicionalmente voltada à herança luso-colonial. Em segundo lugar, por atingir a um conjunto predominantemente rústico e em madeira, configurando outra divergência face à doxa preservacionista tupiniquim, que só recentemente tem conseguido ampliar o escopo de sua abrangência além das fronteiras da alvenaria. Em terceiro lugar, porque evidencia os mecanismos políticos e pedagógicos pelos quais uma agência estatal (ou melhor, um grupo específico dentro da SPHAN, coeso e portador de interesses e estratégias próprias), encarregada de gerenciar a metamemória de uma sociedade, consegue legitimar uma determinada representação de identidade cultural numa sociedade local cuja relação com o Estado e com a própria região italiana é historicamente problemática. A legitimação de um patrimônio revela-se, assim, tributária de um jogo de conflitos e negociações em que os diferentes protagonistas terminam por reelaborar as representações locais estabelecidas de cidade, memória e identidade cultural, a partir da decisiva conjuntura fornecida pelo processo de tombamento.

É importante salientar que as reelaborações que se associam ao surgimento do patrimônio de Antônio Prado não devem a sua eficácia apenas a processos de

ação pedagógica, mas convergem para o estuário das trajetórias e estratégias sociais dos atores que se envolveram no episódio. No caso dos técnicos do patrimônio histórico no Rio Grande do Sul, Antônio Prado é um triunfo construído por anos de trabalho, em que se inclui um processo de acumulação primitiva de sentido junto ao conjunto do campo do patrimônio no Brasil. Para os intelectuais de origem italiana envolvidos no processo, o tombamento representou uma alavanca tanto na construção de sua legitimidade enquanto especialistas na definição legítima de memória, quanto na realização de seu programa de afirmação e terapia de uma identidade cultural italiana ligada à experiência da imigração no Rio Grande do Sul.

Duas etapas pontuaram o surgimento do patrimônio de Antônio Prado, no que se refere à sua apropriação local: uma primeira, em que a SPHAN é hostilizada, principalmente devido a seu modo de encaminhar o tombamento. Tratou-se, ali, de uma reação povoada pelos temores e ressentimentos da memória coletiva local, onde o contraste histórico e étnico com o governo e os brasileiros, juntamente com os fantasmas da discriminação e da incapacidade da cidade progredir, compareceram com força. Já num segundo momento, marcado pela troca de um prefeito opositor por um favorável ao tombamento (1989), um determinado e influente grupo de pessoas em Antônio Prado, basicamente em situação de ascensão social, passa a erguer a bandeira Antônio Prado, cidade histórica e a apoiar o tombamento como item de uma estratégia de distinção, usando para isto a casa tombada como um novo e precioso dado enobecedor²².

Esta clivagem sociológica não esteve desvinculada de outro aspecto da memória coletiva local: o peso dos valores ligados ao ideário do progresso e da modernização na constituição de identidades neste espaço social. Tão significativos que logo se transformaram no principal ponto de controvérsia e patamar de discussão sobre o ingresso das novas normas e significações patrimoniais na cidade, focalizadas pelo debate central, se o tombamento era ou não a grande saída para Antônio Prado. Nesse sentido, compreende-se que, sendo a apropriação do ideário da Modernidade uma peça central da ordem cultural construída pelos imigrantes e seus descendentes (e, portanto, impregnando sua memória coletiva), que tais questões tenham englobado a importância da discussão do valor histórico do acervo, tornando-se o principal foco de negociação dos atores sociais.

NOTAS

- 1 Este artigo está relacionado à minha dissertação de mestrado (Lewgoy, 1992), onde interpreto em detalhe as várias dimensões etnográficas acionadas pelo tombamento.
- 2 Utilizarei aqui o termo SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – consciente das mudanças de nome que a instituição vem sofrendo nos últimos anos (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) por ser este o termo consagrado durante meu trabalho de campo.

- 3 Esta preocupação crítica em valorizar um outro tipo de patrimônio vinha geralmente acompanhada de um questionamento do padrão dominante na eleição de bens tombados, conceituado como *luso-colonial*.
- 4 Segundo a classificação de Posenato (1989), o estilo das casas tombadas é inspirado na arquitetura urbana oitocentista do norte da Itália, se bem que adaptado à madeira, abundante nesta Região do Rio Grande do Sul. Além das casas de madeira, foram também tombados alguns prédios em alvenaria, como a igreja e a prefeitura, onde se salienta um estilo neoclássico.
- 5 O preconceito contra a madeira advém do fato de ser considerada um material pouco nobre, frágil e perecível, conforme os técnicos entrevistados. É preciso reiterar que essa posição foi expressa por um grupo coeso instalado no Rio Grande do Sul, não representando uma opinião “média” da comunidade de especialistas ligados à preservação.
- 6 Sobre a formação histórica do paradigma dominante de identidade cultural, a partir das décadas de 20 e de 30, ver Queiroz (1988). Saliente-se a ênfase que esta autora empresta ao caráter reativo da retórica sobre identidade nacional brasileira, contra a “ameaça” representada pelo massivo influxo imigrante no começo do século 20. Guardadas as devidas diferenças, as “políticas de *resgate* e *preservação* de valores e formas culturais autênticas face à avalanche da indústria cultural” reeditam os mesmos temas desta retórica de identidade. Nesse sentido é preciosa a afirmação de Maria Alice Gouvea (autora que chamou atenção para o tema da *ameaça*) ao afirmar que ...”no Brasil, o conceito de identidade cultural é vivido no registro de uma perda.”(1985:39)
- 7 Estou aqui encarando a viabilidade de se tratar o patrimônio histórico e cultural como um campo, no sentido de Bourdieu (1974).
- 8 Por razões de espaço e pertinência remeto a justificativa desta afirmação para o capítulo II de minha dissertação, onde desenvolvo-a em filigrana.
- 9 O escritor José Clemente Pozenato, autor do livro *O Quatrilho*, levado recentemente às telas do cinema pelo diretor Fábio Barreto, é um dos intelectuais mais conhecidos deste grupo.
- 10 Emprego o conceito de “herdeiros urbanos” na acepção de Michel Marié (1982): “*Ce sont des gens de la ville qui s’investissent sur la campagne des origines et qui, très souvent en situation de promotion sociale, trouvent dans le retour à la campagne les signes de leur nouveau pouvoir sociale*”(26).
- 11 Embora boa parte do trabalho do ECIRS dirija-se efetivamente à zona rural, no caso de Antônio Prado, mesmo tratando-se de uma cidade, o investimento simbólico segue o mesmo espírito ainda que não a mesma letra da definição de Marié para a ação destes herdeiros urbanos, identificando esta cidade a um passado e a uma memória étnica comum.

- 12 Outras questões poderiam ser destacadas, como a da tentativa de monopolização acadêmica da competência legítima de definição dos limites da memória social e da identidade étnica neste espaço regional (com a conseqüente desqualificação das competências extra-acadêmicas, locais e comunitárias), mas isto exigiria investigações mais específicas, extrapolando os propósitos do presente estudo.
- 13 A este respeito ver Lemos (1981).
- 14 Agradeço a Luís Eduardo Soares pela discussão mais acurada desta hipótese.
- 15 Este tema é tratado em Moccelin (1993) e em minha dissertação de mestrado (Lewgoy, 1992).
- 16 A esse respeito consultar o trabalho de Costa e De Boni (1992).
- 17 Ver, especialmente, Barbosa (1980) e Posenato (1989)
- 18 Trato de forma detalhada e extensiva desta memória local em minha dissertação de mestrado, onde há referências mais precisas e transcrições pontuais de textos e depoimentos.
- 19 A categoria *brasileiros*, expressando as pessoas de origem luso-brasileira não é uma exclusividade da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, fazendo-se também presente em outros espaços étnicos, como nos mostra Giralda Seyferth (1991)
- 20 Nunca é demais reiterar que preservação também não é homogênea, cada casa enquadra-se de modo particular na grelha classificatória geral, que determinará, igualmente, a magnitude da proteção sofrida pelo bem tombado.
- 21 Essa procura por status e distinção esclarece também a reiterada busca de diferenciação dos informantes em relação aos *colonos*, categoria que, originalmente designando o pequeno agricultor, o habitante do campo, acaba designando acusatoriamente tudo o que, no espaço urbano, é estigmatizado como *grosso e pouco sofisticado*.
- 22 Não estou com isso afirmando que todo o universo de informantes favoráveis comportou-se a partir destas motivações, mas que se trata de um dado sociologicamente importante. Houve, é claro, apoiadores estritamente baseados numa postura primordialmente cívica e política, a quem talvez este artigo não tenha dado o merecido espaço.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, F.D.

1980 *Antônio Prado e sua história*, Porto Alegre, EST.

BOURDIEU, P.

1974 "Gênese e estrutura do campo religioso", in: *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva.

1979 *La distinction*, Paris, Minuit.

COSTA, R. & DE BONI, L.A.

1982 *Os italianos no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, EST.

GOUVEA, M.A.

1985 "Políticas de preservação do patrimônio (três experiências em confronto): Inglaterra, Estados Unidos e França", in: MICELI, S. (org.) *Política cultural comparada*, Rio de Janeiro, FUNARTE, FINEP, IDESP.

JEUDI, H.

1990 *Memórias do social*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

LEMONS, C.A.

1981 *O que é patrimônio histórico*, São Paulo, Brasiliense.

LEWGOY, B.

1992 *A invenção de um patrimônio: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/RS*, dissertação de mestrado, Porto Alegre, PPGAS/UFRGS.

LOVISOLO, H.

1989 *Terra, trabalho e capital*, Campinas, Ed. Unicamp.

MARIÉ, M.

1982 *Un territoire sans nom*, Paris, Librairie des Méridiens.

MOCCELIN, M.C.

1993 *Narrando as origens*, dissertação de mestrado, Porto Alegre, PPGAS/UFRGS.

POSENATO, J.

1989 *Antônio Prado: cidade histórica*, Porto Alegre, Posenato, Arte & Cultura.

POZENATO, J.C.

1990 *Processos culturais na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*, Caxias do Sul, EDUCS.

QUEIROZ, M.I.P.

1988 "Identidade cultural e identidade nacional no Brasil". In: *Revista de Sociologia da USP* (1), São Paulo, USP.

SEYFERTH, G.

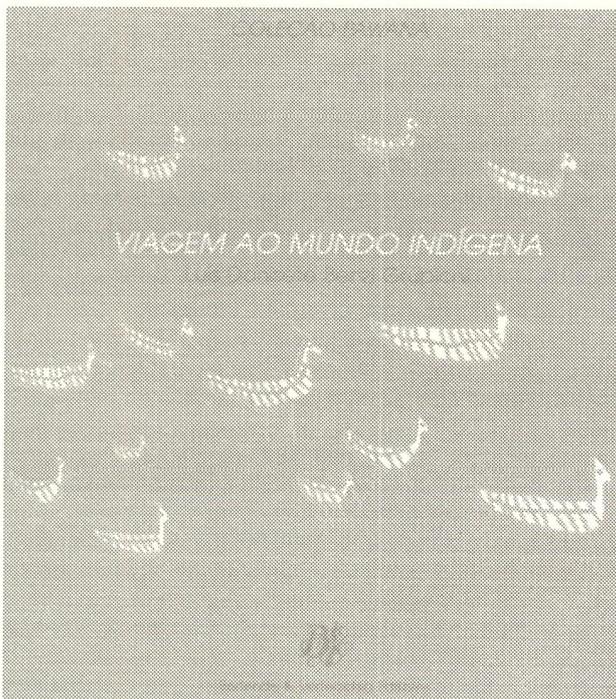
1991 *Nacionalismo e identidade étnica*, Florianópolis, FNC/UFSC.

TURNER, V.

1974 *Dramas, Fields and metaphors*, Ithaca, Cornell University Press.

Abstract: The present paper aims to understand the social meanings of the new concepts about cultural heritage in a local society: the case of preservation of a set of 48 houses, considered representative of the italian immigration architecture in Antônio Prado, Rio Grande do Sul. Studying this specific situation, it is also my objective to clarify issues, such as, social memory and cultural heritage within the modern complex societies.

Uniterms: Cultural heritage, social memory, ethnic identity.

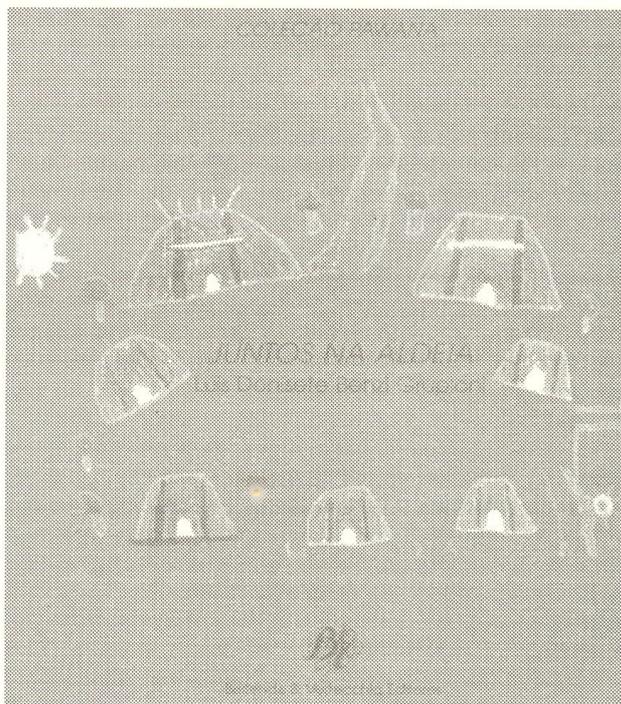


VIAGEM AO MUNDO INDÍGENA (COLEÇÃO PAWANA, VOL. 1), DE LUÍS DONISETE BENZI GRUPIONI, BERLENDIS E VERTECCHIA EDITORES, SÃO PAULO, 48 PÁGS., 1997.

Coletânea de histórias infantis retratando situações cotidianas e rituais vividas por crianças e jovens indígenas. O livro pretende aproximar o leitor infanto-juvenil ao universo cultural indígena, abordando os povos Bororo, Xikrin, Nambiquara, Xavante e Kadiwéu. Ilustrado pelos grupos indígenas retratados, o livro traz, ainda, informações bibliográficas e fotos sobre esses grupos. Capa dura, colorido

JUNTOS NA ALDEIA (COLEÇÃO PAWANA, VOL. 2), DE LUÍS DONISETE BENZI GRUPIONI, BERLENDIS E VERTECCHIA EDITORES, SÃO PAULO, 48 PÁGS., BRASÍLIA, 1997.

Segundo volume da coleção Pawana, o livro é uma coletânea de histórias infantis retratando situações cotidianas e rituais vividas por crianças e jovens indígenas. O livro pretende aproximar o leitor infanto-juvenil ao universo cultural indígena, abordando os povos Kamaiurá, Waiãpi, Tiryó e Zo'é. Ilustrado pelos grupos indígenas retratados, o livro traz ainda informações bibliográficas e fotos sobre esses grupos. Capa dura, colorido.



Endereço para contato:
MARI - Grupo de Educação Indígena
Depto. de Antropologia – USP
Caixa Postal 8105
05508-900 São Paulo - SP